

Veículo: BNews	Caderno: Economia E Mercado
Data: 14.05.2019	



Economia E Mercado

Pacote de ajuda aos estados será lançado nesta semana



14 de Maio de 2019 às 07:35 Por: *Wilson Dias/Agência Brasil* Por: *Agência Brasil*0comentários

O Ministério da Economia vai lançar nesta semana o pacote de ajuda aos estados em dificuldades financeiras, chamado de Programa de Equilíbrio Fiscal (PEF). O lançamento da medida foi confirmado nesta segunda-feira (13) pelo Palácio do Planalto, mas precisará ser aprovado pelo Congresso Nacional para entrar em vigor.

"É uma iniciativa do governo federal de equilíbrio fiscal e auxílio aos estados que não podem pegar empréstimos com garantias da União e, ao mesmo tempo, não se encaixam no regime de recuperação fiscal (RRF)", afirmou o porta-voz da Presidência da República, Otávio Rêgo Barros.

O PEF, que recebeu do governo o apelido de Plano Mansueto (em referência ao secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida), prevê a concessão de empréstimos com garantia da União (nos quais o Tesouro cobre eventuais calotes) no valor R\$ 13 bilhões por ano.

"O plano é voltado para estados de classificação C no rating que considera a capacidade de pagamento de cada unidade da federação. O secretário [Mansueto Almeida] argumenta ainda que os empréstimos serão liberados em divisões contratuais sob a condição de que a poupança corrente melhore anualmente, de modo que o estado volte para a classificação B em 2022", acrescentou Rêgo Barros.

Os empréstimos serão concedidos por bancos públicos, privados ou organizações internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Ainda não foi definido se o próprio Tesouro Nacional também concederá os empréstimos.



Porta-voz: "É uma iniciativa do governo federal de equilíbrio fiscal"

Pacote de ajuda aos estados será lançado ainda nesta semana

REFORMA O Ministério da Economia vai lançar nesta semana o pacote de ajuda aos estados em dificuldades financeiras, chamado de Programa de Equilíbrio Fiscal (PEF). O lançamento da medida foi confirmado ontem pelo Palácio do Planalto, mas precisará ser aprovado pelo Congresso Nacional para entrar em vigor.

"É uma iniciativa do governo federal de equilíbrio fiscal e auxílio aos estados que não podem pegar empréstimos com garantias da União e, ao mesmo tempo, não se encaixam no regime de recuperação fiscal (RRF)", disse o porta-voz da Presidência da República, Otávio Régio Barros.

O PEF, que recebeu do governo o apelido de Plano Mansueto (em referência ao secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida), prevê a concessão de empréstimos com garantia da

União (nos quais o Tesouro cobre eventuais calotes) no valor R\$ 13 bilhões por ano.

"O plano é voltado para estados de classificação C no rating que considera a capacidade de pagamento de cada unidade da federação. Os empréstimos serão liberados em divisões contratuais sob a condição de que a poupança corrente melhore anualmente, de modo que o estado volte para a classificação B em 2022", disse o porta-voz.

O dinheiro será concedido por bancos públicos, privados ou organizações internacionais

14/05/2019 - 05:00

Nova ajuda aos Estados está a caminho e não deve ser a última

Por

Com algum atraso, deve ser divulgado nesta semana o pacote de ajuda aos Estados, ansiosamente esperado pelos governadores, chamado de Plano de Equilíbrio Financeiro (PEF), ou de "Plano Mansueto" pelo próprio ministro da Economia, Paulo Guedes, em referência ao secretário do Tesouro, Mansueto Almeida. O plano vai ser apresentado aos secretários estaduais de Fazenda e, posteriormente, será encaminhado ao Congresso Nacional.

De acordo com o que foi ventilado, a principal parte do plano prevê que o governo federal será avalista dos Estados com classificação de risco de crédito baixo (C) para que possam levantar recursos junto ao sistema financeiro. Se houver um calote, o Tesouro é que vai pagar. O governo estima que o mecanismo permitirá aos Estados tomarem emprestado até R\$ 40 bilhões em quatro anos. Podem se candidatar 12 Estados: Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins, além do Distrito Federal. Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro ficam fora porque estão em situação mais arriscada. Os demais não precisam do apoio porque têm melhor qualidade de crédito.

O governo acenou também com compartilhar uma fatia da receita a ser obtida com o leilão do petróleo da cessão onerosa do pré-sal maior do que a prevista. No entanto, com a economia custando a reagir e a consequente fraqueza da arrecadação federal, a promessa pode ter sido apressada demais.

Para fazer jus ao aval do Tesouro, os Estados terão que apresentar um programa de ajuste fiscal a ser implementado em quatro anos. Os limites serão ampliados se o acerto incluir a privatização de ativos. Outros condicionantes em discussão incluem a adesão ao marco legal de distribuição de gás, elaborar uma lei de responsabilidade fiscal estadual, adotar um teto para o crescimento dos gastos, ter uma meta de redução de renúncias fiscais ou a revisão dos regimes jurídicos de servidores, que preveem a promoção automática de funcionários.

Este não é o primeiro plano de resgate dos Estados. Nesta década já foram dois e a situação continua extremamente frágil, com salários de funcionários atrasados, péssimos serviços para a população e investimentos praticamente no zero. No governo de Dilma Rousseff, as dívidas passaram a ter novo indexador, retroativo, o que reduziu o débito. A União concedeu descontos de R\$ 50 bilhões nas parcelas e alongamento das dívidas com o governo federal. Em troca, os governos estaduais deveriam limitar o crescimento das despesas correntes. Dos 19 Estados que fizeram a renegociação, porém, dez já avisaram que não conseguem cumprir a regra. Já o plano do governo Temer não funcionou no único caso em que foi aplicado, o do Rio de Janeiro, o que exhibe situação mais grave.

A equipe econômica espera que os Estados que aderirem ao PEF possam melhorar seu rating nos próximos quatro anos. Mas nem mesmo seus idealizadores acreditam que resolverá todos os problemas. Até seu idealizador, Mansueto Almeida, afirmou que é a reforma da Previdência que vai salvar os Estados. Talvez ele esteja sendo otimista demais.

O mais grave é certamente a despesa com pessoal. Levantamento da Instituição Fiscal Independente (IFI) com base nos dados de 2017 mostra que, dos 27 Estados, 15 ultrapassavam algum dos limites de gastos com folha estipulados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O quadro, porém, é mais crítico do que parece, já que os gastos com folha estão subestimados. Os tribunais de contas de diversos Estados permitiram que os governos estaduais fizessem, por anos a fio, deduções que encolheram contabilmente a despesa oficial. Assim, vários deles mostraram-se enquadrados nos limites, mas não estavam na realidade.

Outro problema sério é a folha de inativos e pensionistas. Estudo do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV) mostra que, para cada 100 funcionários ativos, os Estados tinham 88 inativos ou aposentados em 2017, bem acima dos 58 de 2005. Nos Estados em situação mais crítica, aposentados e pensionistas já superavam os ativos. No Rio Grande do Sul, chegava-se a 162 inativos para 100 ativos. Mas há também o peso das políticas equivocadas, como a guerra fiscal. Em outro estudo, o Ibre/FGV calculou que os Estados ampliaram a renúncia fiscal em 15,3% de 2012 a 2018, em termos reais, mas só conseguiram aumentar a arrecadação de ICMS em apenas 2,2% no mesmo período (**Valor**, 9/5). Para resolver a questão dos Estados é necessário um arsenal muito maior.

FOLHA DE S.PAULO

Proposta de reforma tributária que unifica 5 tributos deve ter 1º avanço hoje no Congresso

Anaís Fernandes

SÃO PAULO A bola da reforma tributária está com o Congresso, e o momento é de conversas com parlamentares, mas o economista Bernard Appy diz esperar que a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 45 seja aprovada na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara dos Deputados.

"A função da comissão é avaliar a constitucionalidade, e temos confiança de que a proposta é constitucional. A expectativa é que seja aprovada. Quando? Depende do Congresso", diz o diretor do CCiF (Centro de Cidadania Fiscal).

Em entrevista à *Folha*, o relator da reforma na CCJ, deputado João Roma (PRB-BA), disse que pretende apresentar nesta terça-feira (14) relatório pela admissibilidade (leia abaixo).

O projeto do CCiF para alterar o sistema brasileiro de impostos sobre bens e serviços foi a base para a PEC apresentada pelo deputado federal Baleia Rossi (MDB-SP) em abril.

A ideia central do texto é unificar cinco impostos — três federais (PIS/Cofins e IPI), um estadual (ICMS) e um municipal (ISS) — em um único (de alíquota estimada em 20%), sem aumento de carga.

A unificação torna o sistema brasileiro menos complexo, mas Appy diz que o objetivo da reforma vai muito além de uma simplificação.

Segundo ele, a forma como ocorrem as cobranças desses impostos hoje no Brasil gera distorções na alocação de capital e trabalho, o que prejudica a produtividade do país.

"O papel da reforma tributária é ampliar o potencial de crescimento. É bem razoável dizer que ela pode gerar um aumento no PIB [Produto Interno Bruto] potencial de pelo menos 10% em um horizonte de 15 anos", afirma.

Appy já sinalizou não ver problema de a reforma tributária ser debatida enquan-

to tramita a mudança na Previdência, mas disse que a alteração nas aposentadorias tem preferência para votação.

"A reforma da Previdência é macroeconômica. Sem ela, o Brasil não cresce nem seu baixo potencial atual. A reforma da Previdência é necessária, mas não suficiente, e não adianta ter reforma tributária sem a da Previdência", diz.

Sobre qual tema seria mais difícil de ser aprovado, Appy diz ver resistências para ambos. "São grupos diferentes. A reforma da Previdência lida com trabalhadores públicos e privados. No caso tributário, impactos federativos e setoriais podem gerar alguma resistência."

Previdência não trava reforma tributária, diz relator

ENTREVISTA JOÃO ROMA

Angela Boldrini e
Thiago Resende

BRASÍLIA O relator da reforma tributária na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara, João Roma (PRB-BA), diz que não precisa esperar tramitar as mudanças na Previdência para avançar com uma nova PEC (Proposta de Emenda à Constituição).

"Revela protagonismo do Congresso", disse à *Folha*. Apesar disso, ele defende que a Previdência seja votada antes.

*

O relatório será pela admissibilidade total da PEC? Sim. Ainda não concluí, mas penso que sim, por tudo que observei. Minha intenção é apresentar nesta terça-feira [14].

Não atrapalha a reforma da Previdência? Não vejo que dificulte. Apesar de sabermos



João Roma (PRB-BA)

Deputado de primeiro mandato, o político de 46 anos foi chefe de gabinete do prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM). Fez carreira no DEM e chegou a ser presidente do braço jovem do então PFL nos anos 1990. Filiou-se ao PRB em 2016 para concorrer à Câmara

que a reforma mais importante para o Brasil é a da Previdência, igualmente importante é a tributária. Acho que elas podem sim estar tramitando. Mas acho correto que primeiro se vote a reforma da Previdência.

A comissão especial da Previdência precisa terminar para formar a da tributária? Não. Tem muitas discussões em paralelo no Parlamento.

Isso não é o Congresso comandar uma discussão que o governo queria fazer? Revela um protagonismo do Congresso na agenda que enxerga como mais importante para os brasileiros. Acho salutar.

Verifico com muito gosto isso na fala do presidente Jair Bolsonaro, de ministros, de que o Congresso precisa ser protagonista das ações, não apenas dizer amém. O presidente foi eleito e o Congresso também foi, tem legitimidade.

O Palácio do Planalto fez contato com o senhor? Não fui procurado pelo governo para tratar da reforma tributária.

O governo não tem participação nessa proposta? Tive contato com líderes do governo no Congresso, mas ninguém falou comigo sobre a reforma. Chegamos a uma situação em que tanto o Legislativo como governo estão em sintonia no caminho de simplificar a estrutura tributária e diminuir o peso fiscal nos ombros do cidadão.

A reforma tributária é mais fácil? A reforma da Previdência é um assunto que gera muita disputa ideológica e política. Na tributária, existe mais convergência do que divergência.

O sr. acha possível votar o relatório na próxima semana? Temos expectativa sim, mas é provável que haja pedido de vista.

IMPOSTO Técnicos do Ministério da Economia avaliam como atender a anúncio feito por Bolsonaro

Equipe econômica espera corrigir tabela do IR na reforma tributária

Fábio Rodrigues Pozzebom / Ag. Brasil / 6.5.2019

DA REDAÇÃO E AGÊNCIAS

Depois de ter anunciado que as mudanças propostas pelo presidente Jair Bolsonaro para correção da tabela do Imposto de Renda (IR) eram ainda passivas de análise, a equipe econômica do governo voltou atrás, no final do dia de ontem, e afirmou que medidas podem ser encaixadas na proposta de reforma tributária.

Os técnicos da equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, informaram que analisarão como corrigir os valores da tabela do IR e compensar a perda de arrecadação com alterações em outros tributos ou renúncias fiscais.

Em entrevista à Rádio Bandeirantes, Bolsonaro afirmou, no final de semana, que orientou o ministro da Economia, Paulo Guedes, que a tabela do IR deve ser

corrigida “no mínimo” com a inflação. O governo também estaria estudando aumentar os limites de deduções.

Ressalvas

“Hoje em dia, o Imposto de Renda é redutor de renda. Falei para o Paulo Guedes que, no mínimo, este ano temos que corrigir de acordo com a inflação a tabela para o ano que vem. E, se for possível, ampliar o limite de desconto com educação, saúde. Isso é orientação que eu dei para ele [Guedes]. Es-



Paulo Guedes vê com equipe como implantar mudanças propostas pelo presidente

Ministério da Economia estuda como corrigir tabela do imposto e compensar perdas em outros tributos

pero que ele cumpra, que orientação não é ordem. Mas, pelo menos, corrigir o Imposto de Renda pela inflação, isso, com toda a certeza, vai sair”, afirmou Bolsonaro.

Ontem, entretanto, a equipe de Guedes detalhou as ressalvas: sem compensações, a equipe econômica avalia que a correção da tabela terá pouco espaço para ser implementada em razão da crise fiscal, que ainda não

foi equacionada e só será superada no médio prazo.

Isto é, se a reforma da Previdência for aprovada; o programa de privatizações deslançar; e o País voltar a crescer, aumentando as receitas da União.

Cálculos preliminares apontam que uma correção da tabela do IR no próximo ano pela inflação de 2019, conforme pediu Bolsonaro, custaria algo entre R\$ 6 bilhões e R\$ 8 bilhões.

A primeira reação da equipe do ministro Paulo Guedes foi de considerar muito difícil atender ao pedido do presidente da República. Depois de reunião da equipe com o ministro, porém, o discurso foi o de que em algum momento o atual governo teria de fazer a correção da tabela.

A conta fica ainda mais alta se for cumprida a promessa de Bolsonaro de elevar a faixa de isenção para quem ganha até R\$ 5 mil. Assim, a conta poderia bater perto dos R\$ 50 bilhões.

Defasagem

A defasagem na tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) chega a 95,46%, divulgou o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional) em janeiro. O levantamento foi feito com base na diferença entre a in-

flação oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulada de 1996 a 2018 e as correções da tabela no mesmo período.

Desde 2015, a tabela do Imposto de Renda não sofre alterações. De 1996 a 2014, a tabela foi corrigida em 109,63%. O IPCA acumulado, no entanto, está em 309,74%. De acordo com o Sindifisco Nacional, a falta de correção na tabela prejudica principalmente os contribuintes de menor renda, tributados em 7,5%.

Veículo: BNews	Caderno: Política
Data: 13.05.2019	



Política

Reforma tributária não precisa esperar Previdência, diz João Roma



13 de Maio de 2019 às 17:46 Por: [Arquivo BNews](#) Por: [Folhapress0comentários](#)

O relator da reforma tributária na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), João Roma (PRB-BA), diz que não é preciso esperar a tramitação da mudança nas regras da Previdência para avançar com uma nova proposta de mudança constitucional. "Isso revela um protagonismo do Congresso", disse em entrevista à Folha de S.Paulo.

Ele diz não ter sido procurado por integrantes do governo para tratar da proposta, que começará a ser debatida já nesta terça-feira (14) na Câmara. A equipe econômica, porém, queria aguardar para não encavalar dois assuntos difíceis. Apesar de relatar a reestruturação do sistema tributário, Roma defende que a proposta da Previdência seja feita antes. "Tem muitas discussões que ocorrem em paralelo no Parlamento", afirmou.

A tributária, porém, é considerada a reforma mais difícil. Historicamente, a ideia esbarra em interesses e termina com ajustes pontuais no sistema, como ocorreu desde a redemocratização.

O seu relatório será pela admissibilidade total da PEC?

Roma - Sim. Eu ainda não concluí, mas eu penso que sim, por tudo que eu observei. A minha intenção é apresentar na próxima terça-feira [14].

Acelerar a tramitação da reforma tributária não vai atrapalhar a da Previdência?

Roma - Eu não vejo que dificulta, até porque, apesar de sabermos que a reforma mais importante para o Brasil é a reforma da Previdência, igualmente importante é a tributária. Eu acho que elas podem, sim, estar tramitando. Mas acho correto que primeiro se vote a reforma da Previdência para depois votar a tributária.

A comissão especial da Previdência precisa terminar para formar a comissão da reforma tributária?

Roma - Não. Tem muitas discussões que ocorrem em paralelo no Parlamento.

Isso não é o Congresso querer comandar uma discussão que o governo queria fazer?

Roma - Isso revela, sim, um protagonismo do Congresso na agenda que enxerga como mais importante para os brasileiros. Isso eu acho, inclusive, que é salutar. Eu verifico com muito gosto isso na fala do presidente Jair Bolsonaro, de alguns ministros, de que o Congresso precisa ser protagonista das ações, não apenas dizer amém para as vontades do governo. Assim como o presidente foi eleito, o Congresso também foi e tem legitimidade.

O governo já sabia da intenção da Câmara de dar início à PEC da reforma tributária. O Palácio do Planalto ou interlocutores de Bolsonaro fizeram contato com o sr.?

Roma - Não. Não fui procurado pelo governo para tratar do assunto da reforma tributária. Apenas fui convidado pelo deputado Felipe Francischini (PSL-PR), que é presidente da CCJ, que viu nossa ação, viu a forma dinâmica como enfrentei outros relatórios.

Então, o governo não está tendo participação nesta proposta?

Roma - Eu tive contato com líderes do governo no Congresso, mas ninguém falou comigo sobre a reforma tributária. Chegamos numa situação em que tanto o Legislativo como governo federal estão, em regras gerais, em sintonia no caminho de simplificar a estrutura tributária brasileira e diminuir o peso fiscal nos ombros do cidadão.

A tramitação para a reforma tributária vai ser mais fácil que a da Previdência?

Roma - A reforma da Previdência é um assunto que gera, digamos, muita disputa ideológica e política. No caso da tributária, existe mais convergência do que divergência.

Caso a tributária seja aprovada, não é um recado de que o Congresso não precisa do governo para articular projetos? Uma demonstração de força?

Roma - Sem dúvida, facilita o trânsito internamente na Casa ser iniciativa própria. Por outro lado, o Congresso, apesar de ter demonstrado já nesse início que consegue impor sua própria pauta, há um distencionamento, a articulação tem melhorado.

Tem mesmo? Porque o governo sofreu derrota nesta semana com Medida Provisória da reforma ministerial.

Roma - Coisas pontuais ocorrem, é natural que existam pautas específicas. A da 870 foram sobre dois pontos específicos, e era uma medida que contava com mais de 50 pontos, que tinha mais de 500 emendas apresentadas. O congresso serve para ser um ente regulador, uma caixa de marcha.

O sr. acha que é possível votar o relatório já na próxima semana?

Roma - Temos expectativa sim de votar na próxima semana, mas é bem provável que haja pedido de vista.

Não haverá nenhum tipo de aumento de imposto?

Roma - Essa é a premissa. Mas não confundir aumento de imposto com aumento de arrecadação. Uma vez que o sistema seja simplificado, mais abrangente e mais justo socialmente, isso será salutar para o Brasil e naturalmente com maior

atividade econômica, é natural que possa ocorrer até quem sabe um incremento de receita para o governo. Uma coisa é o peso de arrecadação do cidadão, e outra o poder de receita do governo.

Veículo: BNews	Caderno: Política
Data: 14.05.2019	



Política

Governo prepara queda na projeção do PIB e novo bloqueio de até R\$ 10 bilhões



14 de Maio de 2019 às 06:45 Por: *Folhapress* Por: *Redação BNews0comentários*

No início deste mês, o governo bloqueou quase R\$ 30 bilhões do Orçamento e reduziu a previsão de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) deste ano de 2,5% para 2,2%. Com a nova revisão desta projeção, na próxima semana, técnicos estimam que a receita (arrecadação) pode cair entre R\$ 7 bilhões e R\$ 20 bilhões, se não houver receitas extraordinárias. De acordo com a Folha, ainda sem os dados da arrecadação, os cálculos da Secretaria de Orçamento e Gestão do Ministério da Economia não foram feitos. Porém, na equipe econômica, há técnicos que trabalham com a ideia de um bloqueio adicional de verbas entre R\$ 5 bilhões e R\$ 10 bilhões.

Caso o crescimento estimado do PIB fique mais próximo de 1,5%, esses técnicos consideram um contingenciamento de cerca de R\$ 10 bilhões. Mais perto de 2%, passará para R\$ 5 bilhões. Conforme a Folha, esse cenário pode mudar porque também é preciso considerar os cortes de gastos do governo. Também entram nessa conta fatores como o câmbio, a inflação e a massa salarial dos brasileiros.

Analistas dos principais bancos do país refizeram suas estimativas de crescimento e as projeções indicam um patamar mais próximo de 1,5%. Também alertaram para um risco de recessão diante da possibilidade de o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) consolidar o PIB do quarto trimestre de 2018 com revisão para baixo.

Caso o cenário se confirme, serão dois trimestres de retração da economia. E, como o segundo trimestre deste ano também segue ruim, os analistas veem risco de uma recessão —três trimestres consecutivos de retração. A equipe econômica,

no entanto, descarta essa possibilidade, tanto que não prevê, no momento, medidas de estímulo à economia, como saques de contas inativas do FGTS.

O que se prevê é uma reforma geral do FGTS, o que inclui a correção do retorno sobre o saldo das contas acima da inflação e novas possibilidades de saques. Hoje, a legislação do fundo só permite a retirada desses recursos quando o trabalhador é demitido.

Na gestão do ex-presidente Michel Temer (MDB), foi permitido o saque de contas inativas. Na ocasião, R\$ 44 bilhões foram diretamente para a economia, o que gerou um impacto de 0,7 ponto percentual a mais no PIB.

Veículo: Correio Brasiliense	Caderno: Economia
Data: 13/05/2019	Página: -

CORREIO BRAZILIENSE

Reforma da Previdência deve forçar país a poupar mais, dizem especialistas

Apesar de ser influenciada pela crise econômica, a pouca disposição nacional em guardar dinheiro não é explicada só por ela

Agência Estado

postado em 13/05/2019 10:45 / atualizado em 13/05/2019 10:46



(foto: Luís Nova/Esp. CB/D.A Press)

Bem inferior à média global, a taxa de poupança do Brasil é hoje uma das menores entre os principais países da América Latina (exceto Argentina), "lanterninha" entre os Brics (grupo que inclui Rússia, Índia, China e África do Sul) e baixa em relação à maior parte das nações desenvolvidas. Em 2017, o índice brasileiro era de 14,8% do Produto Interno Bruto (PIB). Apesar de ser influenciada pela crise econômica, a pouca disposição nacional em guardar dinheiro não é explicada só por ela. Segundo economistas ouvidos pela reportagem, o sistema de bem-estar social - que garante direito universal a educação, saúde e aposentadoria - é um fator que pesa mais na justificativa do fenômeno.

A reforma da Previdência pode ser um incentivo para o aumento das poupanças individuais no País, apontam especialistas. Embora a Constituição de 1988 garanta acesso universal à saúde e à educação, o cidadão sabe que a qualidade dos serviços deixa a desejar. Não é o que ocorre com a aposentadoria: apesar do alerta dos atrasos recentes no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Norte, os benefícios são historicamente pagos em dia. "Quanto mais a renda futura é garantida pelo Estado, menor o incentivo individual para poupar. O que as crises fiscais em nível estadual mostraram é que a garantia do Estado não é mais absoluta", diz Mário Mesquita, economista-chefe do Itaú Unibanco. O economista Simão Silber, da FEA-USP, lembra que o Brasil já gasta "mais que a média da OCDE, o clube dos países ricos, com aposentadoria".

Como a "nova Previdência" deve resultar no pagamento de benefícios menores, parte da responsabilidade da renda após a aposentadoria será transferida ao cidadão - incentivando reservas. "A correlação é simples: se antevejo o descasamento entre minha renda e os desejos para o futuro, a poupança cresce", afirma Ricardo Brito, professor da escola de negócios Insper.

Ao relacionarem o aperto na Previdência à elevação da poupança, economistas dizem que o exemplo mais concreto da tendência é a China, onde a taxa de reservas subiu para quase 50% do PIB após a reforma previdenciária, mesmo com renda média semelhante à brasileira. A "mexida" nas aposentadorias também ampliou reservas em países como Chile e Itália, argumentam especialistas.

Brito, do Insper, rechaça a noção de que o brasileiro é pouco cuidadoso com as finanças. Para ele, apenas a pequena parcela de trabalhadores que ganha mais do que o teto do INSS - de R\$ 5,8 mil - teria hoje incentivo para poupar mais visando à aposentadoria. "O brasileiro seria imprevidente se

tivesse uma expectativa de queda brusca de renda na velhice. Nas condições atuais, a poupança é suficiente, pois a taxa de reposição das aposentadorias (quanto se ganha em relação ao salário da ativa) é de cerca de 80%. É muito diferente do que ocorre lá fora."

Pesquisa da FenaPrevi, federação que reúne os planos abertos de previdência privada, corrobora a confiança do brasileiro no sistema público: entre os entrevistados no levantamento realizado em 2018, 76% disseram que dependerão "muito" ou "totalmente" da renda do INSS após a aposentadoria.

Com redução de garantias, porém, o comportamento relativo à poupança tende a se alinhar ao de outras partes do mundo. "A evidência da teoria econômica é de que o 'bicho-homem' é mais parecido do que se imagina", diz Samuel Pessoa, pesquisador do Ibre-FGV. "Sob as mesmas regras, as pessoas tendem a se comportar de forma semelhante. Se um chinês vivesse no Brasil, provavelmente pouparia menos."

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 14/05/2019	Caderno: Economia



Debate Reforma da Previdência e Crescimento Econômico

Debate mostra diferença marcante entre as opiniões dos economistas e dos analistas políticos

mosaicodeeconomia

14 de maio de 2019 | 10h15

Marcelo Kfoury Muinhos*

Na última sexta-feira (10/05), o centro Macro-Brasil da FGV-EESP patrocinou mais um evento de análise da conjuntura econômico-política, após os primeiros meses da administração Bolsonaro. O seminário iniciou com uma apresentação do secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, o qual introduziu a nova estrutura e funções da sua secretaria, além de descrever alguns exercícios feitos sobre a reforma da previdência e os contra factuais caso não haja a aprovação a reforma. Segundo as contas da secretária, a aprovação da reforma tem o potencial de geração de 8 milhões de empregos entre os anos de 2019 e 2023, além da capacidade de elevar a renda per capita em R\$5 mil reais no mesmo período. Ainda de acordo com o secretário, atualmente as pessoas que ganham um salário mínimo ficam levemente melhores em termos atuariais, enquanto que para outras carreiras de Estado, o governo dá incentivos atualmente, que podem chegar a R\$5 milhões ao longo de todo o período de aposentadoria desses servidores.

Em seguida ocorreu um debate sobre os desdobramentos da reforma sobre a economia nos próximos anos com uma diferença marcante entre as opiniões dos que trabalham no sistema financeiro e os analistas políticos. Segue o resumo breve do evento:

– Rodrigo Azevedo, sócio fundador da Ibiúna Investimentos e ex-diretor do BCB, enfatizou que o novo mix de política econômica com os gastos fiscais mais contidos possibilitou um grande afrouxamento da política monetária, mas que esse novo patamar de taxas de juros só será duradouro se a reforma da previdência for efetiva.

Em termos cíclicos, há bastante espaço para recuperação econômica, pois segundo ele:

(i) não há restrição externa, (ii) não há restrição de oferta, (iii) câmbio está depreciado, (iv) mercado de capitais está substituindo o crédito direcionado.

Para finalizar, Rodrigo acredita que o mercado ainda dá o benefício da dúvida para a aprovação da reforma da previdência, pois considera que no final os agentes serão racionais, mesmo tendo desperdiçado tempo num curva de aprendizado bem mais lenta que inicialmente era suposto, mas eventualmente chegarão num consenso sobre qual previdência deve ser aprovada. Rodrigo, porém, salientou preocupação para o risco de fadiga de reformas, tal como aconteceu com Macri na Argentina.

– Carlos Kawall, economista do Banco Safra apresentou uma visão otimista das contas fiscais, considerando a aprovação de uma reforma da previdência, quando o governo economizará de R\$700 a 800 bilhões em 10 anos. Com hipóteses de crescimento potencial do PIB de 2,5% e Selic se estabilizando no patamar de 7% no médio prazo, há necessidade de gerar um superávit fiscal de apenas 0,5% do PIB para estabilizar a dívida pública. Com hipóteses de receitas extraordinárias acima de R\$400 bilhões até 2024 e juros reais de equilíbrio de 3,3%, segundo as contas do Banco Safra, a dívida pública bruta pode cair dos atuais 77% do PIB para perto de 60% em 2030.

Em relação à superestimação que todo o mercado tem recorrentemente feito para o crescimento do PIB, Kawall argumentou que possíveis causas são: (i) os efeitos sobre o setor de óleo-gás e infraestrutura dos recentes escândalos estão sendo muito maiores que inicialmente estimado, (ii) a demanda de investimento continua deprimida, não havendo escassez de crédito e (iii) os erros das projeções de consumo podem estar relacionados com aumento da poupança das famílias similar ao ocorrido nos Estados Unidos depois de 2008.

– Carlos Melo, cientista político e professor do Insper, destoou dos comentaristas anteriores, apresentando uma visão mais pessimista sobre a situação política, destacando a falta de habilidade política do Executivo, que não entendeu que no Brasil o poder é compartilhado com o Legislativo. Mais do que voluntarismo político, há inexperiência, desconfiança, falta de comando e de unidade, arriscando a não aproveitar um momento favorável no parlamento à aprovação da reforma da previdência. Na visão de Melo, o Congresso não é contra a reforma, mas precisa ter

confiança nas negociações para poder compartilhar os bônus da eventual aprovação da reforma.

Melo salientou que não há nada de anormal na distribuição de espaço no Governo, sendo a formação de alianças com compartilhamento de poder normal e legítimo numa democracia.

*Professor e Coordenador do Centro Macro-Brasil da FGV-EESP

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 14/05/2019	Caderno: Economia



Reforma da Previdência: uma sugestão

Seria factível fazer uma convergência mais rápida entre os dois regimes (RPPS e RGPS)?

Bernard Appy*, O Estado de S.Paulo

14 de maio de 2019 | 04h00

Um dos pontos que me incomodam na atual proposta de reforma da Previdência é o prazo muito longo de convergência do regime previdenciário dos servidores públicos para o regime geral de previdência, aplicável aos servidores do setor privado. Ainda que entenda a inviabilidade de mudanças bruscas, acredito que seja possível uma convergência mais rápida.

Para entender este ponto, é preciso conhecer as regras aplicáveis à aposentadoria dos servidores públicos dos regimes próprios de previdência (RPPS). Os servidores ingressados no serviço público até 2003 têm direito a se aposentar com o último salário da ativa (integralidade) e suas aposentadorias são corrigidas simultaneamente aos salários dos servidores ativos (paridade).

Já os servidores ingressados no serviço público após 2003 estão sujeitos a dois sistemas distintos. Um deles vale para os servidores ingressados antes da instituição do regime de previdência complementar do respectivo ente da Federação (que não será detalhado aqui, por falta de espaço).

O segundo sistema aplica-se aos servidores ingressados no serviço público após a instituição do regime de previdência complementar. Neste caso, o RPPS garante a aposentadoria apenas até o valor do teto do regime geral de previdência (RGPS), atualmente em R\$ 5,8 mil. Neste sistema, os servidores com vencimentos mais elevados contribuem para a previdência complementar (com uma contribuição equivalente do patrocinador) sobre a parcela excedente ao teto.

A proposta de reforma da Previdência em discussão no Congresso Nacional obriga todos os Estados e municípios que ainda não instituíram regimes de previdência complementar a fazê-lo no prazo de dois anos. Isso significa que, para todos os novos servidores, o limite de aposentadoria garantido pelos regimes próprios será o teto do RGPS.

Essa convergência é desejável, pois o ideal é que haja apenas um regime de previdência para todos os trabalhadores. No entanto, a proposta de reforma da Previdência mantém critérios distintos para o cálculo das aposentadorias dos servidores antigos – especialmente para aqueles ingressados até 2003, que mantêm o direito à integralidade e à paridade.

Ainda que mudanças bruscas sejam inviáveis, cabe perguntar se seria factível fazer uma convergência mais rápida entre os dois regimes (RPPS e RGPS). Em particular, cabe avaliar se seria possível construir um modelo em que a aposentadoria dos servidores públicos fosse calculada como uma média ponderada (pelo tempo de contribuição anterior e posterior à reforma) entre o regime dos servidores antigos e o regime dos novos servidores, no qual os benefícios do RPPS são limitados ao teto do RGPS.

Este modelo encontra duas dificuldades. Uma delas é a paridade, pois este modelo não é viável se os benefícios seguirem sendo corrigidos pelo salário dos servidores da ativa. Embora não seja uma mudança politicamente fácil, entendo que é desejável (e juridicamente defensável) a substituição da paridade pela correção pela inflação das aposentadorias dos servidores, inclusive dos já aposentados.

A outra dificuldade é a perda de receita decorrente da eliminação da cobrança de contribuições dos servidores sobre a parcela de seus rendimentos que excede o teto do RGPS. Esse é um problema sério, especialmente numa situação de grave crise fiscal, como a atual.

Neste caso, a solução poderia ser a adoção de um regime de contas nocionais, no qual seriam criadas contas individuais nas quais seriam contabilizadas e capitalizadas as

contribuições dos servidores (e a contribuição paritária do patrocinador), sem no entanto haver a perda da receita pelo ente federado.

Este modelo, que é apenas uma sugestão inicial para discussão, viabilizaria uma convergência imediata – para o período contributivo posterior à reforma – dos regimes próprios e do regime geral de previdência. E o faria afetando muito pouco os que já se encontram próximos da aposentadoria.

***DIRETOR DO CENTRO DE CIDADANIA FISCAL**

FOLHA DE S.PAULO

Capitalização só favorece o setor financeiro

Elevado custo de transição cria forte pressão fiscal

Maria Lúcia Fattorelli

Auditora fiscal aposentada da Receita Federal e coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida

Substituir a Previdência solidária, universal e sustentável, vigente desde a Constituição de 1988, por onerosa e arriscada capitalização que só favorece o setor financeiro, é o principal foco da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) nº 6/2019.

As inúmeras modificações pretendidas por essa PEC adiam, reduzem ou até suprimem direitos previdenciários e assistenciais e irão “economizar” R\$ 1 trilhão para viabilizar a capitalização, como declarou o ministro Paulo Guedes (Economia): “Precisamos de R\$ 1 trilhão para ter potência fiscal suficiente para pagar uma transição em direção ao regime de capitalização (...) Por isso que a gente precisa de R\$ 1 trilhão”.

Dessa forma, o R\$ 1 trilhão que será cortado mormente dos mais pobres irá financiar parte da transição para a capitalização, que tem dado errado mundo afora.

No importante estudo “Reversão da Privatização de Previdência: Questões-chaves”, a OIT (Organização Internacional do Trabalho) revelou que, de 30 países que optaram pela capitalização, 18 já se arrependeram e voltaram atrás, sobretudo devido ao elevadíssimo custo de transição, que criou forte pressão fiscal, inviável aos cofres públicos.

O estudo acrescenta que a capita-

lização apresentou alto custo administrativo; reduzidas taxas de retorno aos participantes condenados à miséria na velhice; destinação das contribuições para especulação financeira internacional e não em projetos nacionais de desenvolvimento; e transferência de todos os riscos demográficos e do próprio mercado financeiro para os participantes. Enfim, o único e grande beneficiário tem sido o setor financeiro, que recebe as contribuições, cobra taxas de administração exorbitantes e não se responsabiliza por qualquer benefício futuro, o que vai depender do mercado.

No Brasil, estudos que teriam embasado a PEC nº 6/2019 foram classificados como sigilosos e até hoje não foi revelado qual seria o custo de transição para a capitalização. No Chile, de acordo com o professor Andras Uthoff, esse custo foi de 13,6% do PIB, o que aqui significaria cerca de R\$ 10 trilhões!

A capitalização sequer pode ser considerada “previdência”, já que corresponde a aplicação de alto risco e altíssimo custo — e não garante o pagamento de benefício futuro nem oferece proteção social.

Por outro lado, a Seguridade Social solidária, que conta com o amparo do Estado e financiamento com-

partilhado também por empresas e pessoas (art. 195 da Constituição) é o maior programa social do Brasil: além de garantir a aposentadoria, engloba cobertura para os eventos de vulnerabilidade, como doença, invalidez, morte, idade avançada, maternidade, desemprego, reclusão, viuvez e orfandade, além de benefícios assistenciais para os mais pobres. E tudo de forma universal; ou seja, todas as pessoas têm direito.

Esse sistema de proteção social tem sido altamente sustentável. De 1988 até 2015, as contribuições vinculadas à Seguridade Social foram mais que suficientes para cobrir tudo que se gastou com Previdência, saúde e assistência. E ainda sobraram dezenas de bilhões de reais anualmente, que foram desviados por meio da DRU (Desvinculação das Receitas da União) e de outros mecanismos, principalmente para o pagamento de juros da chamada dívida pública.

De 1995 a 2014, produzimos mais de R\$ 1 trilhão de superávit primário; ou seja, gastamos menos do que arrecadamos, sobra que também foi reservada para juros da chamada dívida pública.

De repente, entramos em “crise”: o PIB caiu 7% em 2015-2016; em vez do histórico superávit primário passamos ao déficit primário, e as contribuições já não foram mais suficientes para cobrir todo o gasto da Seguridade Social.

Essa inversão repentina não foi causada pelos fatores que produzem crise (quebra de bancos, como aconteceu nos Estados Unidos em 2008; quebra de safra; adoecimento da população ou guerra), mas pela insana política monetária.

Essa crise fabricada tem servido de justificativa para medidas que só favorecem o setor financeiro, a exemplo da capitalização.

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Economia
Data: 14/05/2019	Página:

FOLHA DE S.PAULO

Governo prepara queda na projeção do PIB e novo bloqueio de até R\$ 10 bi

Crescimento ficará entre 1,5% e 2% neste ano, o que levará a corte adicional no Orçamento

14.mai.2019 às 2h00

Julio Wiziack - Brasília

A equipe econômica fará uma revisão do [crescimento da economia para algo entre 1,5% e 2%](#) neste ano. Isso pode levar a um bloqueio adicional de até R\$ 10 bilhões na próxima revisão orçamentária.

No fim de março, o governo [bloqueou quase R\\$ 30 bilhões do Orçamento](#) e reduziu a previsão de [crescimento do PIB](#) (Produto Interno Bruto) [deste ano de 2,5% para 2,2%](#). Paulo Guedes, ministro da Economia, ao lado do presidente Jair Bolsonaro - Pedro Ladeira - 6.mai.2019/Folhapress

Com a nova revisão desta projeção, em duas semanas, técnicos estimam que a receita (arrecadação) pode cair entre R\$ 7 bilhões e R\$ 20 bilhões, se não houver receitas extraordinárias. Ainda sem os dados da arrecadação, os cálculos da Secretaria de Orçamento e Gestão do Ministério da Economia não foram feitos.

Porém, na equipe econômica, há técnicos que trabalham com a ideia de um bloqueio adicional de verbas entre R\$ 5 bilhões e R\$ 10 bilhões. Caso o crescimento estimado do PIB fique mais próximo de 1,5%, esses técnicos consideram um contingenciamento de cerca de R\$ 10 bilhões. Mais perto de 2%, passará para R\$ 5 bilhões.

Esse cenário pode mudar porque também é preciso considerar os cortes de gastos do governo. Também entram nessa conta fatores como o câmbio, a inflação e a massa salarial dos brasileiros. Analistas dos principais bancos do país refizeram suas estimativas de crescimento e as projeções indicam um patamar mais próximo de 1,5%.

Também alertaram para um risco de recessão diante da possibilidade de o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) consolidar o PIB do quarto trimestre de 2018 com revisão para baixo. Caso o cenário se confirme, serão dois trimestres de retração da economia. E, como o segundo trimestre deste ano também segue ruim, os analistas veem risco de uma recessão —três trimestres consecutivos de retração.

A equipe econômica, no entanto, descarta essa possibilidade, tanto que não prevê, no momento, medidas de estímulo à economia, como [saques de contas inativas do FGTS](#). O que se prevê é uma reforma geral do FGTS, o que inclui a correção do retorno sobre o saldo das contas acima da inflação e novas possibilidades de saques. Hoje, a legislação do fundo só permite a retirada desses recursos quando o trabalhador é demitido.

Na gestão do ex-presidente Michel Temer (MDB), foi permitido o saque de contas inativas. Na ocasião, R\$ 44 bilhões foram diretamente para a economia, o que gerou um impacto de 0,7 ponto percentual a mais no PIB. Pessoas que participam das discussões afirmam que a equipe de Guedes não vai repetir essa fórmula por dois motivos.

Primeiro, a equipe econômica não considera a possibilidade de uma recessão no segundo trimestre, apesar dos sinais emitidos pela economia. Outra razão é evitar o incentivo ao consumo, que serviu como fórmula artificial de reativação da economia nos governos do PT e de Temer.

Técnicos do governo consideram que a reforma da Previdência vai passar no Congresso e destravará a economia. Mesmo a possibilidade de saque de cerca de R\$ 22 bilhões das contas do PIS-Pasep, anunciada pelo secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues Júnior, é vista pelo governo como uma “correção de rumos”, uma forma de pôr fim a contas que existem desde antes de 1988.

Na equipe econômica também existe a avaliação de que nem o pacote com cerca de 20 medidas microeconômicas reaquecerá o país. Para o governo, medidas como a hipoteca reversa, títulos verdes e o seguro universal, que integram esse pacote, fazem parte do plano para corrigir distorções de mercado.

FOLHA DE S.PAULO

Quem espera ajuda do governo perde tempo, diz dono da Caoa

Empresário, que negocia compra da fábrica da Ford, se reúne com Guedes

Danielle Brant e
Raquel Landim

BRASÍLIA E SÃO PAULO O setor privado não deve esperar qualquer tipo de incentivo por parte do governo de Jair Bolsonaro (PSL) para fazer investimentos, afirmou o fundador do grupo Caoa, Carlos Alberto de Oliveira Andrade.

"O empresário que estiver pensando que vai receber ajuda do governo está perdendo tempo, porque cada um é que tem de fazer a sua parte. O governo tem de fazer a dele, e o empresário tem de fazer a sua", disse Andrade, ao deixar o Ministério da Economia nesta segunda-feira (13).

A Caoa está negociando a aquisição da fábrica da Ford em São Bernardo do Campo, no ABC paulista.

Em fevereiro, a montadora

anunciou que vai fechar a unidade se não houver um comprador; porque decidiu deixar o mercado global de caminhões e automóveis.

Andrade foi recebido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, a pedido do governador de São Paulo, João Doria (PSDB). Doria se comprometeu a ajudar a vender a fábrica da Ford a fim de preservar os empregos de cerca de 3.000 trabalhadores.

Segundo apurou a reportagem, Guedes e o dono do grupo Caoa conversaram por 30 minutos. O empresário narrou ao ministro sua trajetória e seus planos de investimento no setor automotivo. Depois que Guedes deixou a sala, a reunião foi conduzida pelo secretário de Produti-

vidade, Carlos da Costa.

Pessoas próximas às negociações afirmaram que as tratativas para a aquisição da fábrica da Ford pela Caoa estão esbarrando na questão do crédito. Andrade teria sinalizado que esperava que a administração Doria financiasse a aquisição, mas foi informado que não era possível.

O governo estadual dispõe apenas de um programa de redução de ICMS para o setor automotivo, chamado IncentivAuto, que contempla novos investimentos. Ainda conforme fontes envolvidas, a Caoa planeja aplicar R\$ 1 bilhão em quatro anos na fábrica da Ford caso concretize a aquisição.

No encontro desta segunda, também não houve espaço para qualquer solicitação de financiamento do BNDES ou de incentivo fiscal federal.

Com convicções liberais, a equipe econômica de Bolsonaro tem sido bastante restrita em conceder subsídios para o setor automotivo, ao contrário do que ocorreu nos governos Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB), que lançaram programas de ajuda.

Ao sair da reunião, Andrade negou que estivesse em busca de incentivos ou financiamento. "Nós nunca tivemos nenhum benefício do BNDES nem de nenhum órgão do governo. Nós fizemos todos os nossos investimentos até hoje com recursos próprios."

O empresário afirmou ainda que está negociando com parceiros da China para fabricar carros na unidade da Ford. O grupo Caoa já possui um acordo com a montadora chinesa Chery e produz o veículo Tiggo em Jacareí (SP).

Veículo: Política Livre	Caderno: Economia
Data: 14/05/2019	



Processo de recuperação gradual da economia foi interrompido, diz BC

O processo de recuperação gradual da atividade econômica sofreu interrupção no período recente, mas a expectativa é de retomada adiante. Essa é a conclusão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), que decidiu na última quarta-feira (8) manter a taxa básica de juros, a Selic, em 6,5% ao ano. Segundo ata da reunião do Copom, o arrefecimento da atividade observado no final de 2018 teve continuidade no início de 2019. “Em particular, os indicadores disponíveis sugerem probabilidade relevante de que o Produto Interno Bruto (PIB) tenha recuado ligeiramente no primeiro trimestre do ano, na comparação com o trimestre anterior, após considerados os padrões sazonais”, diz o documento. O Copom acrescenta que os indicadores do primeiro trimestre induziram revisões substantivas nas projeções de instituições financeiras para o crescimento do PIB em 2019. “Essas revisões refletem um primeiro trimestre aquém do esperado, com implicações para o “carregamento estatístico” [herança do que ocorreu no ano anterior], mas também embutem alguma redução do ritmo de crescimento previsto para os próximos trimestres”, destacou.

Agência Brasil

Tribuna

Economistas reduzem expectativa de aumento do PIB em 2019 a 1,45%

O mercado financeiro fez leves ajustes em suas projeções econômicas para este ano, com nova revisão para baixo na expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), pressionada pela fragueza da produção industrial. É o que mostra reportagem da Reuters.

A pesquisa Focus divulgada pelo Banco Central nesta segunda-feira mostrou que a projeção de crescimento do PIB em 2019 foi reduzida em 0,04 ponto percentual, para 1,45%, na 11ª semana seguida de redução.

O cenário para a indústria piorou pela segunda vez seguida, com os economistas projetando agora um crescimento da produção de 1,70%, de 1,76% antes na mediana das estimativas.

Para 2020 permanece a expectativa de expansão do

PIB de 2,50%, com a indústria crescendo 3%.

O levantamento semanal com uma centena de economistas apontou ainda que as expectativas para a alta do IPCA permanecem em 4,04% para este ano e em 4% para o próximo. O centro da meta oficial de 2019 é de 4,25 por cento e, de 2020, de 4 por cento, ambos com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Na semana passada, o IBGE divulgou que o IPCA avançou 0,57% em abril, indo a 4,94% em 12 meses, depois de o Banco Central ter avaliado que o balanço de riscos para a inflação mostra-se simétrico.

Para a taxa básica de juros, também não sofreu alteração o cenário de Selic a 6,50% em 2019 e a 7,50% em 2020. O Top-5, grupo dos que mais acertam as previsões,

continua vendo a taxa a 6,50% este ano e a 7,21% no próximo, na mediana das projeções.

Dólar sobe mais de 1% com aversão a risco por impasse comercial entre EUA e China

REUTERS STAFF

SÃO PAULO (Reuters) - O dólar avançava cerca de 1 por cento ante o real nesta segunda-feira e operava perto do patamar de 4 reais diante da aversão ao risco no exterior, com uma escalada das tensões entre China e Estados Unidos após Pequim anunciar plano de retaliar o aumento tarifário de Washington.

Às 12:01, o dólar avançava 1,26%, a 3,9940 reais na venda. Na máxima, a moeda chegou a 4,0054 reais. A última vez que o dólar atingiu a casa de 4 reais havia sido em 7 de maio.

14/05/2019 - 05:00

Setor produtivo vê piora com efeito sobre 2020

Por **Estevão Taiar, Ana Conceição e Bruno Villas Bôas**

A piora recente da conjuntura econômica preocupa a indústria. O setor já projeta para 2019 mais um ano decepcionante. O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) calcula que a produção deve recuar neste ano. "O quadro piorou nos últimos dois meses", diz Julio Gomes de Almeida, diretor-executivo do órgão. O Iedi projeta queda de 2% na produção industrial até dezembro. A produção já havia caído em 2017 (2,5%) e 2018 (1,1%). Como terceiro ano de retração, o cenário ruim no setor produtivo começa a contaminar as expectativas dos analistas para 2020 (*ver análise [Estimativas para expansão da economia no ano que vem também já perdem força](#)*).

O desempenho esperado pelo Iedi está em linha com as perspectivas piores para a atividade econômica. A projeção para o Produto Interno Bruto (PIB) é de expansão, mas abaixo de 1%, número menor do que o crescimento de 1,1% registrado tanto em 2017 quanto em 2018.

Leia mais

1. [Endividados, mais pobres lideram a queda da confiança](#)
2. [Índice de Miséria se recupera e deve voltar ao nível de 2015](#)

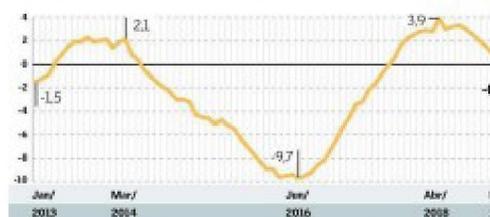
Para Almeida, "não há nenhum fator" que possa mudar a conjuntura no curto prazo. O grande número de desempregados, de acordo com ele, impede uma expansão mais forte da atividade. Os serviços, que têm alto potencial empregador, "só recentemente colocaram o nariz acima da linha d'água", sendo o último setor a se recuperar da crise.

O governo, por sua vez, "se deixou amarrar" com as políticas fiscal e monetária adotadas. Na visão do diretor-executivo do Iedi, o BC deveria ter dado continuidade aos cortes da Selic, atualmente em 6,5% ao ano. A partir de agora, não haverá tempo para que novos cortes tenham efeito sobre a atividade ainda neste ano, mesmo que a autoridade monetária decida ir por esse caminho, segundo ele. As exportações também oferecem pouca ajuda, dadas a baixa competitividade da indústria brasileira e a crise na Argentina.

Na opinião de Almeida, a única válvula de escape para a atividade neste momento seria uma melhora da confiança por meio do avanço da reforma da Previdência no Congresso. "Mas considero mais provável que não haja nenhuma melhora", diz.

Perda de força

Produção Industrial Mensal - Variação em 12 meses (%)



Fonte: IBGE. Elaboração: Valor Econômico

Almeida destaca ainda que o recuo do setor deve ser generalizado. Na comparação do primeiro trimestre deste ano com o mesmo período do ano passado, os quatro segmentos da indústria de transformação tiveram queda: bens de capital (-4,3%), duráveis (-3,5%), intermediários (-2%) e semi e não duráveis (-1,4%). O recuo médio, por sua vez, foi de 2,3%. No último trimestre do ano passado, o setor já havia registrado uma queda nesse tipo de comparação, de 1,2%.

Já a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) afirma que o faturamento pode crescer neste ano, mas menos do que em 2018, justamente por causa do esfriamento da atividade econômica. No ano passado, houve alta de 7%. "Esperávamos algo nessa linha em 2019, mas devemos revisar esse número", diz João Carlos Marchesan, presidente do conselho da Abimaq.

A indústria de máquinas e equipamentos funciona como um termômetro do investimento e da demanda industrial. O setor consome 24% do valor das matérias-primas da indústria total e responde por 23% da demanda de energia elétrica e combustíveis dentro da indústria de transformação. Também consome mais de 25% do aço produzido no Brasil.

No primeiro trimestre, o faturamento cresceu 6% sobre o mesmo período do ano passado, puxado pelo mercado interno, já que as exportações continuaram em queda. "Mas nada indica que continuaremos nesse ritmo de crescimento", afirma.

Em seu pior momento, o faturamento anual das produtoras de máquinas e equipamentos chegou a cair 50%. Assim, as altas de 2018 - a primeira após cinco anos - e de 2019 recuperariam uma parcela mínima das perdas.

O setor tem operado com níveis de ociosidade em torno de 25%. "O investimento está parado. As reformas que estão no Congresso devem ter impacto positivo no médio e longo prazo. Mas com reforma ou sem reforma, tem que haver algum estímulo à economia", defende Marchesan.

Uma forma de deslanchar o investimento, de acordo com ele, seria colocar em marcha um programa de privatizações e acelerar as concessões. No entanto, "esses processos estão demorando muito".

Por sua vez, o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) deve reduzir a sua projeção para baixo o crescimento do PIB da indústria de transformação, de 1,4% para 0,9%. Segundo Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Ibre/FGV, trata-se de uma previsão preliminar, baseada em indicadores que sugerem uma contração de 1% do PIB do setor no primeiro trimestre de 2019, frente ao mesmo período do ano passado.

"Estamos vindo de um período complicado. Março deste ano foi um ponto importante para a indústria de transformação, com a demanda doméstica perdendo fôlego", diz.

Mesmo assim, segundo ela, a tendência no segundo semestre é de aceleração. As exportações para a Argentina, por exemplo, devem ao menos parar de cair. "Também acredito no crescimento do consumo das famílias, com alguma volta de confiança, embora nada brilhante", afirma.

O dinheiro do PEF deverá ser liberado de maneira gradual até 2022, uma parcela por ano até o fim do mandato dos atuais governadores. O Ministério da Economia acompanhará as medidas de ajuste fiscal dos estados. Caso o plano não prossiga, a liberação do dinheiro será interrompida.

PEF x RRF - O Regime de Recuperação Fiscal (RRF) foi criado no fim de 2016 e aplicado até agora apenas no estado do Rio de Janeiro. Essa plano beneficia estados com déficits elevados e com dívidas altas. O programa oferece suspensão do pagamento dos serviços da dívida por três anos e apoio financeiro em troca de um plano de ajuste que envolve redução de gastos, aumento de impostos e privatizações. Já o PEF destina-se a estados com altos níveis de despesa com o funcionalismo local, mas baixo endividamento.

Classificação dos estados - Conforme a nota de crédito do Tesouro Nacional, divulgada no último Boletim de Finanças dos Entes Nacionais, no ano passado, 11 estados possuem classificação C e poderão ser beneficiados diretamente pelo PEF: Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins.

Outras 13 unidades da federação (Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Ceará, Espírito Santo, Pará, Paraíba, Piauí, Paraná, Rondônia, Roraima e São Paulo), que possuem notas de crédito entre A e B, continuam habilitadas a obter crédito com garantia da União em valores acima do que será oferecido aos estados com nota C.

A pior situação fiscal entre os estados, segundo a nota de crédito do Tesouro Nacional, são Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, ambos com nota D. Minas Gerais não teve classificação nos dois últimos anos analisados pelo boletim, porque não apresentou disponibilidade de caixa.